INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO E GÁS

PANORAMA GERAL DO SETOR DE PETRÓLEO E GÁS: UMA AGENDA PARA O FUTURO

ABRIL | 2025

Expediente

Presidente / CEO do IBP:
Roberto Furian Ardenghy

Diretora Executiva Corporativa:
Claudia Rabello

Diretor Executivo de E&P:
Claudio Fontes Nunes

Diretora Executiva de Gás Natural:
Sylvie D'Apote

Diretora Executiva de *Downstream* Interina:
Ana Mandelli

Gerência de Análises Econômicas:
Aldren Vernersbach
Isabella Costa
Juliana Barretto
Leonardo Lima
Vinicius Daudt

Gerência de Comunicação e Relacionamentos com Associados:
Alexandre Romão
Demy Gonçalves
Carolina Souza
Caroline Lyrio
Ingrid Buckmann
Tatiana Campos
Vanessa Rangel

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO 04

VISÃO GERAL 05

O SETOR DE PETRÓLEO E GÁS NO CONTEXTO TRANSIÇÃO ENERGÉTICA 08

AGENDA PRIORITÁRIA DO SETOR 11

O SEGMENTO DE EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO DE PETRÓLEO 11

O SEGMENTO DE GÁS NATURAL 14

O SEGMENTO DE DOWNSTREAM 16

CONCLUSÃO 18

SUMÁRIO EXECUTIVO

:: A indústria de petróleo e gás tem papel **estratégico no Brasil por sua importância energética e pelos benefícios proporcionados à sociedade,** como atração de investimentos, geração de empregos e de receitas para o país.

:: O setor representa 17% do PIB industrial do país e vai continuar contribuindo com o crescimento econômico através de investimentos previstos em exploração e produção da ordem de US$ 173 bilhões entre 2024 e 2033.

:: A produção nacional de petróleo deverá alcançar em 2031 um volume total da ordem de 4,5 Milhões barris por dia proporcionando, somente no segmento do *upstream*, mais de 344 mil postos de trabalho na média anual no período 2024-2033. No mesmo período, serão recolhidos aos cofres públicos mais de US$ 600 bilhões (são considerados *Royalties*, Imposto de Renda, Participações Especiais, parcelas de óleo lucro e outros impostos).

:: O processo de transição energética em curso é uma **oportunidade para o Brasil** em razão do perfil diferenciado de emissões de gases de efeito estufa do país, da alta participação das fontes renováveis em sua matriz energética e pelo nível de emissões relativamente baixo da produção do petróleo em comparação com outros países.

:: Para que o Brasil concretize as oportunidades associadas à cadeia da indústria de petróleo e gás, é necessário, porém, um ambiente de negócios que proporcione:

i. segurança jurídica e respeito aos contratos vigentes;

ii. liberdade de precificação;

ii. incentivo à competição nos mercados de gás natural e refino que possibilite a atração de investimentos;

iv. multiplicidade de agentes.

VISÃO GERAL DO SETOR

A indústria de petróleo e gás natural é um dos pilares do sistema energético brasileiro, sendo **responsável por quase metade da oferta interna de energia[1].** A relevância do setor é medida por sua grande capacidade de geração de empregos e de receitas de exportação e vendas internas, além da significativa arrecadação tributária nas esferas municipal, estadual e federal. Além disso, a segurança energética e a descarbonização passaram a andar lado a lado nos últimos anos, especialmente em razão do conflito entre Rússia e Ucrânia. Diante disso, o Brasil apresenta condições únicas para se tornar um relevante exportador de energia para os mercados mundiais. Todos os dias são produzidos no Brasil mais de 4,3 milhões de boe[2] (petróleo e gás natural)e as refinarias processam cerca de 2,0 milhão de barris[3] que são transportados para as mais diversas localidades do país. Tudo isto com segurança, eficiência e preocupação ambiental.

O setor de petróleo e gás natural é hoje um dos mais dinâmicos da economia brasileira e coloca o país em uma posição de destaque no mercado mundial.

O BRASIL É O 8º MAIOR PRODUTOR DE PETRÓLEO DO MUNDO, O 8º MAIOR CONSUMIDOR, ALÉM, DE TER O 9º MAIOR PARQUE DE REFINO.

[1] EPE, 2024 Balanço Energético Nacional.
[2] Barris de Petróleo equivalentes.
[3] 2024, BP *Statistical Review*.

A exportação de petróleo e derivados é um dos destaques na balança comercial brasileira, com receita superior a US$ 57 bilhões em 2024[4]. Desde 2020, o segmento de petróleo e derivados gerou um superávit comercial de mais de US$ 110 bilhões sendo, o petróleo bruto e os derivados, respectivamente, os primeiro e quarto itens mais importantes em termos de valor.

A robustez da indústria brasileira de petróleo e gás natural é resultado da abertura do segmento de Exploração & Produção (E&P), iniciada nos anos 90 e, mais recentemente, da abertura do mercado do gás natural e do refino. A partir da Lei do Petróleo de 1997, o monopólio da Petrobras foi flexibilizado, o que levou à entrada de novos agentes. Este importante marco trouxe mais competição e diversificação de empresas, reduzindo riscos e proporcionando um ambiente de negócios atrativo para investimentos, gerando emprego e renda. Para termos a dimensão desse crescimento, ao longo dos últimos 20 anos, a produção de petróleo saiu de pouco mais de 1 milhão de barris/dia para 3,4 milhões de barris/dia[5]. O Brasil, que importava cerca de 90% do petróleo que consumia no início dos anos 70,

O movimento inicial de abertura se realizou com a presença de empresas com experiências diversificadas, tanto nacionais quanto estrangeiras, enquanto a Petrobras buscava focar suas atividades em águas profundas em função do seu alto potencial e dos expressivos resultados alcançados.

O Brasil possui atualmente **84[6] grupos atuando no *upstream*, sendo 45 nacionais**, com diversos tamanhos e perfis de atuação. Por sua vez, as companhias independentes são responsáveis por cerca de 4% da produção nacional (cerca de 237 mil barris por dia em 2023). Segundo relatório da Wood Mackenzie[7 e 8], as operadoras independentes vão investir US$ 10 bilhões nos projetos até 2027, aumentando a produção desses ativos, que devem atingir o pico de 485 mil barris por dia em cinco anos. Estas empresas devem aumentar em 980 milhões de barris de óleo equivalente (boe) as reservas remanescentes desses ativos, um volume significativo para quem está investindo em projetos de revitalização da produção.

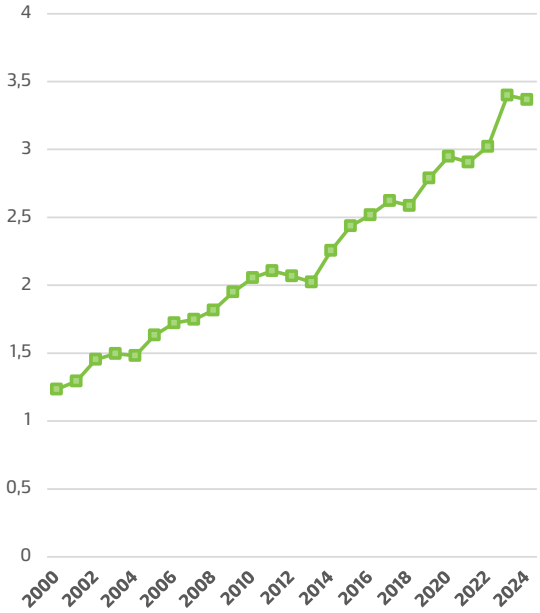
HOJE É UM EXPORTADOR LÍQUIDO COM SALDO DE MAIS DE 1 MILHÃO BARRIS/DIA.

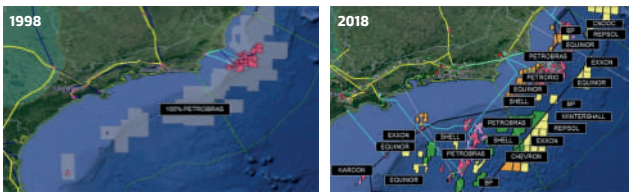
[4] 2022, MDIC - Dados SISCOMEX.
[5 e 6] ANP, 2023
[7 e 8] Wood Mackenzie. https://www.woodmac.com/reports/upstream-oil-and-gas-the-rise-of-independent-operators-in-brazil-150072451/
https://epbr.com.br/independentes-vao-investir-us-10-bilhoes-em-projetos-vendidos-pela-petrobras/

Dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP) indicam que a produção por concessionário excluindo a Petrobras foi de cerca de 36,6%, em 2024, o que representa aproximadamente 1,2 milhão barris/dia[9]. A Figura 1 mostra a evolução da produção, bem como a ampliação do número de agentes do setor nas últimas décadas.

Figura 1: Evolução da produção nacional de petróleo

Milhões de barris por dia, 2000-2023





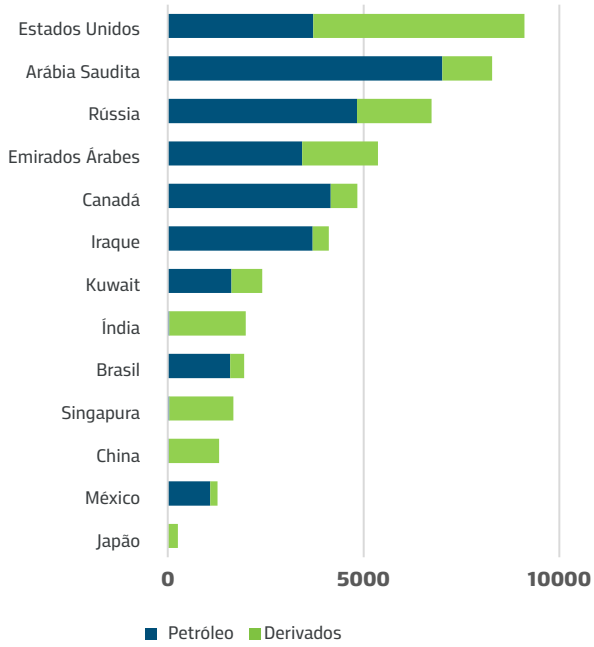
Fonte: elaboração IBP com dados ANP [10]

O aumento do nível de produção também levou o país à posição relevante na exportação de petróleo e derivados.

EM 2023, O BRASIL APARECEU ENTRE OS MAIORES EXPORTADORES DE PETRÓLEO E DERIVADOS, COM UM TOTAL DE 1,9 MILHÃO DE B/D ENVIADOS AO EXTERIOR, COMO MOSTRA A FIGURA 2.

Figura 2: Exportadores de petróleo e derivados

Milhões de barris por dia, 2022



Fonte: Elaboração IBP com dados ANP e Energy Institute

[9] 2024 ANP. Painel Dinâmico. Disponível em https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNzVmNzI1MzQtNTY1NC00ZGVhLTk5N2ItNzBkMDNhY2IxZTIxIiwidCI6IjQ0OTlmNGZmLTI0Y-TYtNGI0Mi1iN2VmLTEyNGFmY2FkYzkxMyJ9

[10] 2024, ANP. Painel Dinâmico. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNzVmNzI1MzQtNTY1NC00ZGVhLTk5N2ItNzBkMDNhY2IxZTIxIiwidCI6IjQ0OTlmNGZmL-TI0YTYtNGI0Mi1iN2VmLTEyNGFmY2FkYzkxMyJ9

O SETOR DE PETRÓLEO E GÁS NO CONTEXTO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

O Brasil possui posição privilegiada na transição energética com uma **participação de mais de 49,17% das energias renováveis** em sua matriz energética[11]. Na média mundial, essa participação não chega a 20%[12]. Considerando a matriz elétrica, as renováveis correspondem a 87%, enquanto na média mundial essa participação é de cerca de 30%[13]. Esses dados mostram a riqueza e diversidade de fontes de energia no Brasil.

A indústria de petróleo e gás natural do país também tem vantagens competitivas em termos de transição energética, garantindo uma posição estratégica na indústria global. Ainda que o mundo tenha que caminhar em direção à descarbonização, há consenso de que o **petróleo e o gás natural permanecerão indispensáveis** para assegurar a oferta de energia e bem-estar da população nos próximos anos. Projeções recentes da Agência Internacional de Energia (*IEA*, na sigla em inglês) indicam que a demanda global por petróleo ficará em cerca de 100 milhões de barris/dia ao longo das próximas décadas. Mesmo em um cenário que leva em conta as metas de descarbonização já anunciadas, a demanda global por petróleo permanecerá em nível superior a 50 mb/d até 2050[14]. Essas projeções mostram claramente que

UM FUTURO DESCARBONIZADO NÃO SERÁ UM FUTURO SEM PETRÓLEO.

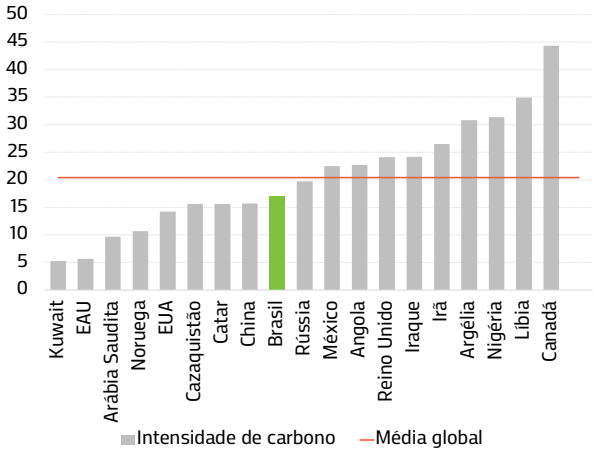
Para responder ao desafio global de reduzir as emissões, as empresas de O&G já diversificam seus investimentos para incluir novas tecnologias de baixo carbono, implementar medidas para reduzir emissões associadas às suas operações, além

[11] EPE, 2024. Balanço Energético Nacional.
[12] EPE, 2024. Balanço Energético Nacional.
[13] EPE, 2024. Balanço Energético Nacional.
[14] 2024, *IEA*. *World Energy Outlook* 2022.

de priorizar tipos de petróleo com menor intensidade de carbono. É o caso do produto brasileiro: a produção de petróleo do país se caracteriza por uma intensidade de carbono por barril mais baixa do que boa parte de outros países produtores, como mostra a Figura 3.

Figura 3 – Taxa de emissão de CO_2 por barril (2019)

$kgCO_2/boe$



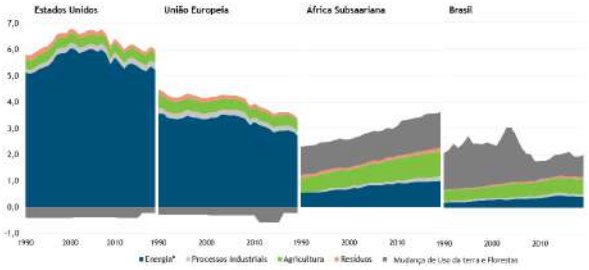
Fonte: 2022, BP

Grandes produtores mundiais de petróleo como Canadá, Irã e Iraque apresentam taxas de emissão de CO_2 por barril consideravelmente acima da média global. Em um cenário de médio e longo prazo, a menor taxa de emissão do petróleo brasileiro tende a beneficiar o Brasil como país produtor.

Outra vantagem competitiva do Brasil está relacionada ao perfil de emissões. Enquanto na maior parte dos países o setor energético aparece como principal responsável pelas emissões de CO_2, no Brasil, **a maioria das emissões do CO_2 provem da agricultura e das mudanças de uso da terra e florestas,** como pode ser observado na Figura 4.

Figura 4: Emissões anuais de Gases do Efeito Estufa por setor

1990-2019, Gigatoneladas de CO_2 equivalente ($GtCO_2e$)



(*) Inclui emissões de atividades relativas ao aquecimento de edifícios, manufaturas, transportes e construções.

Fonte: Elaboração IBP com dados *Financial Times* e SEEG (2022)

Os dados mostram que **políticas de descarbonização voltadas para Mudança de Uso da Terra e Florestas e Agricultura tendem a ser mais efetivas** para o cumprimento dos compromissos de descarbonização do país.

Um aspecto da transição energética no qual o setor de O&G pode dar contribuições significativas é o desenvolvimento de tecnologias para a descarbonização. O Brasil tem exemplos como projetos de mecanismos de captura, uso e armazenamento de carbono (CCUS)[15], o potencial das eólicas *offshore* e ainda dos projetos de desenvolvimento do hidrogênio verde.

As empresas do setor no Brasil têm grande experiência e uma posição privilegiada para o desenvolvimento tecnológico das eólicas *offshore*. A extensão da costa brasileira, e as correntes de vento, em particular no Nordeste do país, são diferenciais importantes para a expansão dessa fonte de energia.

[15] Tecnologia que captura parte das emissões de CO_2, contribuindo para evitar a intensificação do efeito estufa e do aquecimento global.

O Brasil possui hoje quase 247 GW de projetos de energia eólica *offshore* com processo de licenciamento ambiental aberto no IBAMA.

Outro exemplo é o Programa de CCUS desenvolvido nos campos do pré-sal pela Petrobras de forma pioneira, sendo o maior programa de reinjeção de CO_2 *offshore* do mundo. A empresa tem ainda o compromisso de reinjeção de 80 milhões tCO_2 até 2025 é em projetos de CCUS[16].

No hidrogênio verde[17], o Brasil pode se destacar por conta da elevada participação das fontes renováveis na sua matriz elétrica. Desta forma, **o país tem grande potencial competitivo como exportador**, atraindo o interesse de diversos *players* internacionais que já têm firmado acordo para a produção futura no país.

Para cumprir suas metas climáticas e assegurar a oferta de energia necessária para o seu desenvolvimento econômico, é importante que o Brasil mantenha uma matriz energética plural, diversificada, equilibrada e com um alto percentual de fontes renováveis. O processo de transição energética, porém, é a última janela de oportunidade para a geração de riquezas a partir da exploração dos recursos de petróleo e gás no Brasil. O atual momento é crucial para a definição da trajetória do setor no país ao longo dos próximos anos.

No segmento do refino, é necessário modernizar a regulação para incluir novas rotas tecnológicas de produção de biodiesel, estratégia já adotada com sucesso em diversos países e que valorizam e estendem a vida útil do enorme parque de refino brasileiro ao passar a produzir combustíveis com menores teores de carbono. Estas tecnologias geram um aproveitamento adicional da biomassa renovável do Brasil, a otimização logística e a maior competição entre diferentes produtos com benefícios quanto a preço, qualidade e oferta aos consumidores.

[16] Petrobras, 2022. Plano Estratégico 2023-2027

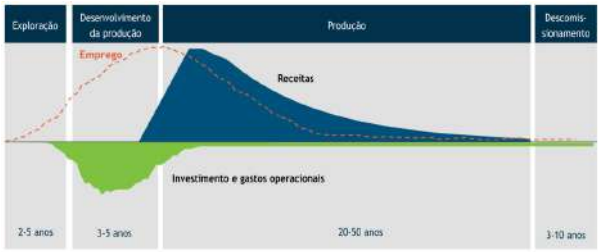
[17] O Hidrogênio Verde é aquele que é produzido com eletricidade gerada a partir de fontes renováveis como a eólica, solar e hídrica.

AGENDA PRIORITÁRIA DO SETOR

O SEGMENTO DE EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO DE PETRÓLEO

O ciclo de investimentos no setor de O&G é longo, com uma janela de tempo significativa entre o início dos investimentos nas atividades exploratórias e o início da produção e da geração de receitas, conforme demonstrado na Figura 5.

Figura 5: Ciclo típico do investimento em E&P



Fonte: Elaboração IBP com dados da ABESPETRO (2022)

Assim, os investimentos do setor têm longo prazo de maturação - de cinco a sete anos, em média, para que haja descobertas de recursos economicamente viáveis. O ciclo de produção é de até 35 anos. Vale destacar ainda que, até o início da produção, os projetos operam sem receita. Essa característica de uma fase mais prolongada de investimentos reflete a importância da segurança jurídica dos regimes fiscais para atração de novos investidores e manutenção dos já existentes.

A etapa de descomissionamento consiste no encerramento permanente das operações e envolve o abandono de poços, a remoção de estruturas, o manejo adequado de materiais e resíduos, além da restauração ambiental da área[18].

De acordo com estudo da secretaria de desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro em estudo de 2019, as atividades de encerramento de 21 plataformas de petróleo na

[18] 2022, FGV. Aspectos técnicos por trás das atividades de descomissionamento.

Bacia de Campos tinham potencial de geração de 50 mil postos de trabalho em um período de 4 a 5 anos. Levantamento semelhante aplicado ao Espírito Santo, realizado em 2020, identificou que projetos nesta fase poderiam gerar a abertura de 2 mil postos de trabalho diretos e indiretos em um período de cinco anos no estado[19] e, que , cada poço de petróleo em terra descomissionado pode gerar cerca de 55 empregos diretos[20].

A concorrência entre os países pela atração de novos investimentos em E&P se dá por meio do desenho de sistemas fiscais e regulatórios que sejam atrativos e estimulem a competição. Esse aspecto é especialmente sensível no caso do Brasil, que tem regimes tributários complexos, afetando a competitividade com seus concorrentes internacionais.

Para compensar parcialmente as assimetrias fiscais em relação a outros países e assegurar a competição do setor no Brasil, foi implementado o regime aduaneiro do REPETRO[21]. Estabelecido na abertura do setor, em 1997, **o REPETRO foi a forma encontrada para dar ao Brasil o mesmo tratamento fiscal** utilizado por outros países, sem onerar investimentos e passar a tributar as receitas decorrentes da produção.

Sem o REPETRO, equipamentos adquiridos na etapa de investimentos sofreriam um acréscimo expressivo por causa dos tributos aduaneiros, o que tornaria inviável economicamente grande parte dos projetos de exploração e produção no Brasil, incluindo o pré-sal. Assim, a manutenção do REPETRO é fundamental para a competitividade do setor no Brasil na etapa exploratória – que concentra os investimentos para descobrir campos de óleo e gás e desenvolver a produção – fase na qual não há receitas com a venda do petróleo.

CONSIDERANDO APENAS A ETAPA DE EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO (E&P), O IBP PROJETA CERCA DE 344 MIL POSTOS DE TRABALHO NA MÉDIA ANUAL ATÉ 2033, COM UMA ESTIMATIVA DE MAIS DE US$ 173 BILHÕES EM INVESTIMENTOS NO PERÍODO.

Sem o REPETRO, o setor deixaria de gerar quase US$ 130 bilhões em investimentos nos próximos 10 anos e 322 mil postos de trabalho, na média anual, deixariam de ser proporcionados. Por isso, **a manutenção do REPETRO é fundamental para a competitividade do país e para o setor.**

É importante destacar que o REPETRO não representa um subsídio ou uma renúncia fiscal, mas sim a transferência da tributação da etapa inicial de investimentos para a fase de efetiva produção. Esse modelo segue as melhores práticas observadas em outros grandes produtores de petróleo como Estados Unidos, Canadá e Noruega.

Foi por todo esse contexto e racional acima que na reforma tributária, através da Lei Complementar 214, o REPETRO foi mantido até 2040 para a CBS e IBS. Mas considerando o longo período de transição, essencial que a atual legislação do REPETRO, seja no âmbito federal, seja no estadual, não seja alterada.

[19] 2021, FGV. Descomissionamento offshore no Brasil: oportunidades, desafios e soluções.
[20] 2020, Fórum Capixaba de Petróleo e Gás. Disponível em: https://clickpetroleoegas.com.br/2-mil-empregos-serao-criados-no-espirito-santo-decorrentes-de-desativacoes-de-campos-de-petroleo-e-descomissionamento-de-plataformas/
[21] O REPETRO é o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural

Contudo, contrariando os princípios da reforma tributária, o setor de E&P foi alvo da criação do imposto seletivo sobre a extração de petróleo e gás, o que resulta em desestímulo ao investimento, considerando a já forte carga fiscal que recai sobre a indústria.

Do ponto de vista regulatório, é importante fortalecer a atuação das agências reguladoras, por meio da manutenção de definições com base em critérios técnicos, da celeridade dos processos, da promoção do debate amplo com participação social e da fiscalização assertiva sobre as atividades reguladas, assegurando assim um ambiente de negócios saudável, transparente e que defenda também os interesses dos consumidores.

Outra pauta prioritária deve ser o aprimoramento do processo de licenciamento ambiental. Dadas as especificidades do setor e o grande volume de atividades que ocorrem na exploração e produção de petróleo e gás, a celeridade, regramentos e padronizações ainda são necessários.

O atual contexto do mercado internacional de petróleo - no qual segurança energética é cada vez mais relevante e acirrou a competição - reforça **a importância da elaboração de arcabouços fiscais e regulatórios para a manutenção e o aumento da atratividade do país**. Nesse contexto, são essenciais instrumentos que assegurem a competitividade, tais como o REPETRO, a estabilidade do arcabouço jurídico e regulatório e o aperfeiçoamento do licenciamento ambiental.

O SEGMENTO DE GÁS NATURAL

No contexto da transição energética, **o gás natural desempenha um papel cada vez mais estratégico na matriz energética nacional**, pelo potencial de substituição de outros combustíveis fosseis mais poluentes usados na indústria e no transporte, e pela sua complementariedade com fontes renováveis na geração de eletricidade, promovendo a segurança e resiliencia do suprimento de energia elétrica.

O GÁS NATURAL EMITE CERCA DE 45% MENOS DO QUE O CARVÃO E 29% MENOS DO QUE O DIESEL[22].

De acordo com estimativas da Energy Information Administration (EIA), o Brasil tem grande potencial para o aumento da participação do gás natural em sua matriz. Entretanto, o aproveitamento do insumo e a viabilização dos investimentos dependem da criação de um mercado amplo e competitivo, com regras claras e estaveis, para promover a entrada de mais agentes e investidores. Estimativas do Plano Decenal de Energia 2034 da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) indicam que a produção líquida de gás natural, deverá crescer de foi de 68 milhões m³/dia, para 134 milhões de m³/dia em 2034. A expectativa pelo aumento da produção de gás natural está associada a decisões de investimentos amadurecidas nos últimos anos, especialmente após a publicação da Lei 14.134/2021 (Nova Lei do Gás). Além disso, é esperado um aumento substancial dos investimentos em infraestrutura nos próximos anos, como mostra a Figura 6.

[22] Comparação feita utilizando as emissões em Kg de CO_2 por milhão de *British Thermal Unit (BTU)* com base em dados disponíveis em https://www.eia.gov/environment/emissions/co2_vol_mass.php.

Figura 6 : Investimentos previstos até 2034 [1]

Classificação	Previstos	
	Projetos	R$ bi
Gasodutos de Escoamento	3	10,2
Gasodutos de transporte	2	0,77
Estações de compressão	2	0,15
Terminais de Regaseificação de GNL	1	0,3
UPGNs e Hubs	2	2,42
TOTAL	**10 bi**	**13,84 bi**

Fonte: (1) EPE 2024 (PDE 2034).

Até recentemente, a cadeia de gás natural era dominada por um único agente. No entanto, com a venda dos ativos de transporte e de distribuição da Petrobras e outras medidas resultantes do Termo de Compromisso de Cessação (TCC), celebrado entre a Petrobras e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)[23] e a implantação da Lei 14.134/2021 (Nova Lei do Gás), novos *players* passaram a atuar na oferta e na demanda de gás, assim como na operação das infraestruturas de transporte e distribuição, gerando mais concorrencia e mais oportunidades de negócios.

O PRINCIPAL OJETIVOS DA NOVA LEI DO GÁS E DA REGULAÇÃO SECUNDÁRIA QUE ESTÁ EM IMPLEMENTAÇÃO A NIVEL FEDERAL E ESTADUAL É O ESTÍMULO À COMPETIÇÃO E À DIVERSIFICAÇÃO DE FONTES E AGENTES NA OFERTA, AUMENTANDO A DISPONIBILIDADE DO GÁS PARA O MERCADO E SUA COMPETITIVIDADE PARA O CONSUMIDOR FINAL.

É válido destacar que o aprimoramento da regulação pela ANP, a harmonização das regulações estaduais e adequação tributária são elementos ainda em andamento e indispensáveis para a atração de investimentos no setor.

Em 2024, tivemos avanços importantes no setor, como o ínicio de operação do gasoduto de escoamento "Rota 3", que fornecerá até 18 MMm3/dia, e a decisão final de investimento (de aproximadamente de US$ 9 bilhões) para o desenvolvimento do campo de Raia, operado pela Equinor (35%) em parceria com Petrobras (30%) e Repsol (35%). Com previsão de entrada em operação em 2028, esse campo sozinho irá forncer 16 MMm3/dia, equivalente a 30% do mercado firme de gás natural no Brasil.

O ano 2024 também foi marcado pela assinatura dos primeiros contratos visando importar gás natural argentino, via a infraestrutira existente na Bolívia e o gasoduto Bolívia-Brasil. Também foram inuagurados em 2024 dois novos terminais de regaseificação de GNL (em Santa Catarina e no Pará) e o terminal de regaseificação do Sergipe foi conectado à rede de transporte.

Esses avanços não apenas fortalecem a segurança energética do país ao aumentar a oferta interna de gás natural e diversificar as fontes de suprimento, mas também evidenciam o compromisso das empresas de exploração e produção (E&P) com o desenvolvimento do setor de gás natural no Brasil. Compromisso que reflete o entendimento do papel estratégico do gás natural para uma transição justa, equilibrada e segura.

[23] O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Justiça, com sede e foro no Distrito Federal, que exerce, em todo o Território nacional, as atribuições dadas pela Lei nº 12.529/2011.

O SEGMENTO DE *DOWNSTREAM*

As atividades de refino, produção de lubrificantes, logística e distribuição de derivados de petróleo e biocombustíveis desempenham papel essencial para o funcionamento da economia brasileira, ao garantir o abastecimento nacional. O desempenho do setor está diretamente relacionado à segurança energética, ao transporte de cargas e passageiros, à mobilidade urbana, à competitividade da indústria nacional, à integração de mercados regionais e à estabilidade macroeconômica do país.

O **segmento de Downstream** é a parte da cadeia de óleo e gás que **conecta o setor a outras indústrias**, como a do agronegócio. Ele também **mantém uma comunicação direta com o consumidor**, por meio da entrega regular de combustíveis e lubrificantes, garantindo que esses produtos cheguem ao destino final de forma eficiente e confiável.

REFINO

Embora o Brasil possua vantagens comparativas importantes, como o 9º maior parque de refino do mundo, a abundância de biomassa e reconhecida expertise na produção de biocombustíveis, **o desafio está em transformar esse potencial em escala produtiva e competitiva**, em nível nacional e internacional. O conhecimento acumulado deve ser aproveitado para ampliar a oferta de produtos, como o diesel verde, o combustível sustentável de aviação (SAF), o etanol de segunda geração e os lubrificantes com base em fontes renováveis - os chamados lubrificantes verdes -, e consolidar o protagonismo do país na transição energética.

A recente aprovação da **Lei do Combustível do Futuro** foi um passo importante nesse sentido. Ao estabelecer metas de redução da intensidade de carbono, ampliar os mandatos de mistura e estimular rotas tecnológicas inovadoras, a nova legislação representa um marco regulatório alinhado com os objetivos de desenvolvimento sustentável e com as melhores práticas internacionais.

LOGÍSTICA

Apesar de sua relevância estratégica, o setor enfrenta um **importante déficit de infraestrutura logística**. A defasagem entre a demanda crescente por combustíveis líquidos e a infraestrutura existente tem gerado gargalos logísticos, encarecimento de custos operacionais e aumento da exposição a riscos de suprimento, demandando investimentos da ordem de R$ 130 bilhões em infraestruturas setoriais e multisetoriais para garantia do abastecimento até 2035.

A necessidade de investimentos torna-se ainda mais urgente diante dos **desafios impostos pela transição energética** e eventos climáticos cada vez mais severos. O setor de combustíveis está no centro das transformações que visam à descarbonização da matriz de transportes. A modernização do parque de refino, a adaptação para o processamento de cargas renováveis e o desenvolvimento de infraestrutura compatível e resiliente neste novo cenário exigirão esforços significativos de planejamento, regulação e financiamento. Nesse contexto, cumpre ressaltar as **externalidades positivas dos investimentos em infraestrutura**: cada R$ 1 investido em infraestrutura logística gera um impacto total de R$ 3,82 no PIB, além da geração de empregos e renda.

Outros avanços merecem destaque, como a **reforma tributária e a monofasia** dos combustíveis, bem como as discussões que visam à **caracterização do devedor contumaz.**

Entretanto, o sucesso das políticas públicas dependerá não somente de uma **regulamentação técnica e moderna**, mas, sobretudo, de um **ambiente de negócios dinâmico, ético e transparente**, que gere previsibilidade para os investimentos. É fundamental promover a **isonomia competitiva entre agentes**, preservar a concorrência leal no setor e incentivar a inovação e a oferta de melhores serviços ao consumidor.

Vale destacar que, em um mundo globalizado, no qual o capital busca ambientes estáveis e eficientes para se estabelecer, o **ambiente de negócios é decisivo**. O Brasil precisa demonstrar consistência em sua estratégia energética, assegurando condições atrativas para os investimentos privados e públicos, com foco na industrialização sustentável e no aproveitamento de seus recursos naturais e tecnológicos.

O setor de *Downstream*, com sua base técnica consolidada e capilaridade operacional, está preparado para contribuir com **soluções que aliem eficiência, sustentabilidade e desenvolvimento regional**. É fundamental que o Estado, o setor privado e a sociedade atuem de forma coordenada, em torno de uma agenda comum que fortaleça o abastecimento, promova a inovação e posicione o Brasil como liderança na nova economia da energia.

CONCLUSÃO

Como demonstrado, a indústria de petróleo e gás tem papel estratégico no Brasil tanto do ponto de vista energético quanto do ponto de vista socioeconômico, tendo em vista a sua capacidade de atração de investimentos, geração de empregos e de receitas. A robustez da indústria está associada a grandes mudanças que ocorreram nas últimas décadas no sentido da sua abertura que elevaram a sua competitividade e fizeram do Brasil um **ator de grande relevância no mercado internacional.** A contribuição para o setor público também é extremamente relevante. Segundo cálculos da ANP, União, estados e municípios devem arrecadar R$ 100 bilhões em *royalties* e participações especiais em 2025, R$ 102,4 bilhões em 2026, R$ 102,6 bilhões em 2027, e R$ 105 bilhões em 2027. Só em 2025, por exemplo, os estados deverão receber R$ 31 bilhões e os municípios R$ 26 bilhões. As receitas restantes (R$ 43 bilhões) se dividem entre recursos da União e do Fundo Especial.[24]

O processo de transição energética também se desdobra em uma série de oportunidades para o Brasil em função de algumas características específicas do país: o perfil diferenciado das emissões, a alta participação de fontes renováveis e ainda a intensidade de carbono relativamente baixa na produção do petróleo dão ao país a possibilidade de ser um protagonista. Neste contexto, o setor pode ser um importante aliado por meio de suas contribuições voltadas para soluções tecnológicas, tais como eólicas *offshore*, CCUS, geotermia e hidrogênio verde.

É importante destacar que a **materialização dessas oportunidades depende de um ambiente de negócios que seja atrativo,** o que passa necessariamente pela configuração de um sistema legal, fiscal e regulatório que promova a competividade do setor.

[24] 2025, Agência Nacional do Petróleo (ANP).

INSTITUTO
BRASILEIRO DE
PETRÓLEO E GÁS

CONECTAR A INDÚSTRIA PARA IR CADA VEZ MAIS LONGE.
ISSO GERA ENERGIA.

@ibpbr /ibpbr @IBPbr

IBP - Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás
Av. Almirante Barroso, 52 - 21º e 26º andares - RJ - Tel.: (21) 2112-9000
ibp.org.br | relacionamento@ibp.org.br